

O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA: A ARBITRARIEDADE DE UM ENSINO FRAGMENTADO

Henrique Moreira Pacheco¹
Ariceneide Oliveira da Silva²

RESUMO

O presente artigo, intitulado O ensino de Língua Portuguesa: a arbitrariedade de um ensino fragmentado, surgiu a partir da disciplina de Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, encontrada na matriz curricular do curso de Letras da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Teve por objetivo realizar um levantamento bibliográfico, visando identificar as habilidades de ensino de língua materna nos documentos oficiais da educação e sobre o que dizem os teóricos especialistas da área a respeito do ensino da língua, centralizados no ensino médio. Pretendeu-se ainda acompanhar o desenvolvimento das quatro habilidades da língua materna, através da observação das práticas pedagógicas em sala de aula, atentando para os recursos utilizados pelo profissional da educação frente a sua turma e investigando se estes proporcionavam um ensino de qualidade da língua. Por fim, aspirou-se também dialogar teoria e prática, relacionando o que é discutido sobre o ensino da língua materna com a realidade ministrada nas escolas na perspectiva, principalmente, do ensino da gramática, pois nas aulas que puderam ser observadas foi possível perceber que ela tem maior predominância. A metodologia dessa pesquisa baseia-se em levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Foram consultados documentos oficiais da educação, que poderão ser observados nas discussões da pesquisa, e autores especialistas na área da educação, como Sírio Possenti (2008), Irandé Antunes (2003), entre outros que serão citados no decorrer do texto.

Palavras-chave: Língua Portuguesa, Gramática, Práticas Metodológicas, Ensino.

INTRODUÇÃO

O ensino de Língua Portuguesa constantemente levanta preocupações em relação às suas práticas metodológicas de ensino, afinal, os resultados dos trabalhos dos alunos mostram, frequentemente, sérias problemáticas em relação a sua aprendizagem. Levando em consideração a organização desse ensino, distribuídos em blocos específicos, será demonstrado que o ensino da língua é determinado por diversas ramificações que apresentam grandes influências quanto a sua aprendizagem.

¹ Graduando do Curso de Letras: Língua Portuguesa e Língua Inglesa da Universidade Federal do Amazonas-UFAM, henriquemoreira3@hotmail.com;

² Professor orientador: Professora da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Doutoranda em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, ariceneidesilva@yahoo.com.br.

O corpo do trabalho está organizado em seções significativas para discussão, inicialmente existe uma parte reservada para os apontamentos em prol do ensino das habilidades da língua portuguesa e como autores especialistas na área discorrem sobre como deve funcionar esse ensino da língua. No primeiro tópico do desenvolvimento, intitulado *de Língua materna: que língua é ensinada na escola?* Serão destacadas algumas problemáticas em relação ao ensino da língua na escola, fortalecida pela visão de alguns autores especialistas na área, revelando as opiniões de como esse ensino poderia funcionar. O tópico seguinte, nomeado de *O ensino de gramática: um olhar crítico voltado para as práticas pedagógicas do trabalho com o material didático*, trata de observações feitas em uma escola pública do município de Humaitá, nas aulas de Língua Portuguesa do ensino médio. O principal objetivo a ser alcançado com essa pesquisa é que possa ser realizada uma discussão analítica, de acordo com os autores e documentos oficiais, sobre como o ensino de Língua Portuguesa funciona e como ele poderia, ou pelo menos deveria funcionar.

Para o desenvolvimento da discussão, foram consultados documentos oficiais como PCN+ Ensino Médio: Orientações Educacionais Complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais – Linguagem, Códigos e Suas Tecnologias (2002); Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2018), entre outros. Também foram consultados autores renomados, sendo eles Sírio Possenti (2008), Irlandé Antunes (2003) e outros que serão citados durante o texto.

METODOLOGIA

Esta pesquisa está baseada, principalmente, em levantamento bibliográfico e também pesquisa de campo. Foi realizada uma observação em sala de aula, afim de analisar a atuação de um professor regular de língua portuguesa. O intuito era realizar uma ligação dos dados obtidos ali, com as discussões que eram feitas na graduação acerca da formação docente. Para Gil (1999, p.43) “as pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Assim, os textos teóricos da graduação poderiam ser dialogados com a realidade da docência observada.

É perceptível que apenas textos teóricos não são capazes de desenvolver em um pesquisador o conhecimento necessário para desenvolver sua pesquisa, portanto vale ressaltar essa importância da investigação no campo de interesse. Por esse motivo, o sujeito que pesquisa, interessado em desvendar as informações passadas pelos autores consultados, visa observar por meio da pesquisa de campo o diálogo dessas informações. Para este eixo, Gonçalves afirma que:

A pesquisa de campo é o tipo de pesquisa que pretende buscar a informação diretamente com a população pesquisada. Ela exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre, ou ocorreu e reunir um conjunto de informações a serem documentadas [...] (GONÇALVES, 2001, p.67)

Por esse motivo é que esse tipo de pesquisa foi escolhido, pois apenas a teoria que nos é passada nos cursos de licenciatura não é suficiente para a identificação e aquisição de práticas docentes. O mais significativo é quando podemos observar de perto aquilo que estamos discutindo, analisando os dados que são coletados com o que é teorizado acerca deles.

DESENVOLVIMENTO

LÍNGUA MATERNA: QUE LÍNGUA É ENSINADA NA ESCOLA?

O ensino de Língua Portuguesa é o causador de repulsa em muitos alunos, principalmente pelo fato de estar geralmente focado no ensino da gramática normativa ou prescritiva, aquela responsável por fazer com que os alunos “aprendam a falar e escrever corretamente” (POSSENTI, 2008, p.64). Este fato, frequentemente, acaba originando estudantes que não sabem utilizar a língua apropriadamente, pois apesar desse maior contato com a gramática, talvez ela por si só não garanta a aquisição da norma padrão, é preciso algo mais.

É fato que na escola, direcionando para a disciplina de Língua Portuguesa, tem como principal objetivo “[...] ensinar o português padrão, ou seja, talvez mais exatamente, o de criar condições para que ele seja aprendido. Qualquer outra hipótese é um equívoco político e pedagógico.” (POSSENTI, 2008, p.17) Então, não há como não ensinar a norma padrão da

língua, pois esta serve como modelo formal de utilização, entenda, é preciso que haja dentro da língua um modelo no qual todos se baseiem. Isso não quer dizer que a identidade dos falantes deva ser excluída (fato muito recorrente nas salas de aula) e sobreposta a eles uma única norma, mas é importante que haja uma língua comum. Perceba que quando se fala em uma língua comum, parece que se está falando de duas línguas totalmente diferentes, mas não é isso, apenas existem diferentes variações da língua portuguesa e é extremamente necessário que exista um padrão que sirva como ponte entre essas variações.

Diante dessa realidade, entende-se que esse uso de uma língua comum, na verdade seria o emprego da norma padrão. “Em que consistiria o domínio do português padrão? Do ponto de vista da escola, trata-se em especial (embora não só) da aquisição de determinado grau de domínio da escrita e da leitura.” (POSSENTI, 2008, p.19). Mas estudar apenas gramática não garante isso, pois o padrão, por meio dela, acaba sendo imposto aos alunos, e as suas diversidades não costumam ser respeitadas, logo a escola não está cumprindo o seu papel de criar condições para que a norma padrão seja aprendida, portanto existe uma falha nesse processo de ensino e aprendizagem. Diante disso, Almeida (2006, p.16) nos diz que:

Muitas vezes a escola esquece que a educação é um problema social, e encara-o como problema pedagógico. Sem o menor respeito pelas condições de vida de seus frequentadores, impõe-lhes modelos de ensino e conteúdos justamente produzidos para a conversação dessa situação injusta, indecente [...]. Sem fazer a crítica verdadeira, histórica, do saber que coloca aos alunos, a escola considera todo e qualquer conteúdo válido, muitas vezes baseado em preconceitos, ignorâncias, verdades incontestáveis, dogmáticas.

O autor ao destacar esse fatos quer dizer que por conta dessa imposição da norma padrão a escola acaba massacrando qualquer identidade vocabular que os alunos possuam. E isso é um desrespeito as singularidades daqueles indivíduos, exaltar uma forma de utilização da língua, levando em consideração a existência dessas diversas ramificações.

Os documentos oficiais de educação, auxiliares do professor para as práticas metodológicas em sala de aula vem dizer que a melhor maneira de se trabalhar os aspectos da língua estão fortemente centrados no desenvolvimento do texto. Com base no texto, a leitura e escrita são melhor desenvolvidas, pois abrangem muito mais do que apenas as características singulares da língua, com foco em nomenclaturas. Nisso, “[...] as práticas sociais de uso da língua escrita devem receber destaque na orientação do trabalho escolar, em razão do valor social e histórico que têm em nossa sociedade.” (BRASIL, 2006, p.34) E a escrita está muito ligada a prática da leitura, logo, uma não existe sem a outra. Isso permitirá que os alunos

possam identificar essas variações e assim entender como elas se constituem, e principalmente quando devem fazer uso delas.

O texto: leitura e escrita

A escrita é uma atividade que busca expressar as ideias de quem escreve, partindo disso é preciso parar para pensar: “Como colocar no papel aquilo que está na mente?” É por isso que a leitura e a escrita andam lado a lado, afinal, quem pouco lê, mal sabe o que se pode escrever, não possui domínio de conteúdo e logo não conseguirá argumentar. E a escola precisa possibilitar isso ao aluno, essa capacidade para desenvolver o seu texto. Com base nisso, Irandé Antunes ressalta:

A atividade escrita é, então uma atividade interativa de expressão, (ex-“para fora”), de manifestação verbal das ideias, informações e, crenças ou dos sentimentos, que queremos partilhar com alguém, para, de algum modo, interagir com ele. Ter o que dizer é, portanto, uma condição prévia para êxito da atividade de escrever. (ANTUNES, 2003, p.45)

Então, é preciso encontrar uma maneira de projetar as ideias sobre determinado assunto por meio da escrita, porém para a realização dessa atividade é necessário haver uma contribuição de outra que geralmente se associa a essa, neste caso a leitura. Através da leitura o aluno começa a interagir e ter uma visão mais ampla em relação ao mundo, suas ideias começam a fluir e na sua mente há um maior espaço para criatividade e, a partir do momento em que tem argumentos, este começa a possuir vocabulário para a escrita ser mais produtiva, com informações precisas que lhes permitirão exercitar todo esse conhecimento adquirido. Com isso, a autora citada continua:

A atividade da leitura favorece, num primeiro plano, a ampliação dos repertórios de informação do leitor. Na verdade, por ela, o leitor pode incorporar novas ideias, novos conceitos, novos dados, novas e diferentes informações acerca das coisas, as pessoas, dos acontecimentos, do mundo em geral. (ANTUNES, 2003, p.70)

E além dessas questões abordadas por Irandé, ainda existe o fato de o estudante ter um sério problema em saber para onde deve direcionar aquilo que escreve. Existe um conflito em achar um interlocutor com quem possa dialogar. E qual a necessidade de levantar esse ponto sobre a escrita? A escola, nas capacidades textuais, prepara o aluno para que ele consiga escrever, principalmente, textos dissertativos argumentativos, principalmente no ensino médio, e essa é uma das maiores características desse tipo de texto, saber defender uma ideia e a direcionar para um leitor. Para corroborar, Britto (2006, p.119) reforça que:

É curioso, nesse sentido, que a maioria dos trabalhos sobre redação escolar ou não toquem na questão de interlocução ou falem na ausência do interlocutor, identificando aí uma das dificuldades maiores do estudante: falar para ninguém ou, mais exatamente, não saber a quem se fala.

Portanto, já que se fala de ensino médio, para exemplificar, é possível observar uma problemática com a redação e de como trabalhar em torno dela. Para que hajam argumentos que possam defender as suas ideias no texto, o aluno precisa ter o que dizer. Como o ensino está baseado nos vestibulares e a redação é uma exigência deles, o aluno precisa desenvolver essa habilidade de sistematização das ideias dentro da escola, o que muitas vezes não acontece.

Em suma, quando se questiona o trabalho com a língua dentro de sala, apontando o problema que há nessa constante ideia em se querer trabalhar apenas a gramática e as suas regras de nomenclatura, é perceptível que existe uma exigência por uma nova prática metodológica para se utilizar em sala. Nisso os documentos oficiais e outros autores sempre costumam dizer que o trabalho com o texto é essencial para desenvolver o estudo da língua, pois o texto é muito abrangente e consegue atender a muitos aspectos da língua que devem ser desenvolvidos na escola, a começar pela leitura, a escrita e até questões da norma padrão, pois se os textos que lhes forem apresentados estejam de acordo com essas normas, o aluno, em constante contato com ele conseguirá fazer o uso da mesma.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O ENSINO DE GRAMÁTICA: UM OLHAR CRÍTICO VOLTADO PARA AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO TRABALHO COM O MATERIAL DIDÁTICO.

Foram feitas observações de aulas práticas em uma escola pública na região sul do estado do Amazonas. Uma instituição de grande porte que possui uma média de setecentos alunos, com espaço bastante amplo e algumas falhas quanto a estrutura do prédio, pois este não está totalmente concluído, no entanto já está em funcionamento. Por ser uma escola muito recente ainda estão passando por um processo de adaptação, logo, é aceitável que apresentem algumas anormalidades.

As salas continham uma quantidade entre vinte e cinco a trinta alunos por turma. As aulas observadas aconteciam nos dias de segunda-feira e terça-feira, nos possibilitavam

prestigiar apenas a atuação do professor no ensino de gramática, pois ele dividia seus conteúdos de acordo com os dias da semana, então não tivemos a oportunidade de analisar o professor exercendo as quatro habilidades da língua em sala de aula. Foram acompanhadas nesses dias duas turmas, sendo elas 2ª série “01” (segunda série um) e 2ª série “05” (segunda série cinco). Basicamente as aulas começavam com a frequência, depois o professor partia para uma breve revisão da aula anterior, então entrava em novo conteúdo e novas explicações.

Os alunos não possuíam o material didático, então utilizava-se o projetor para que todos acompanhassem e copiassem os conteúdos estudados, como definições, exemplos e atividades. Após as explicações, eram passados exercícios. Os alunos eram muito participativos e quando sentiam a necessidade de perguntar, perguntavam e tiravam as dúvidas que iam surgindo. Se preciso, o professor retomava o assunto e repetia para que ficasse claro o que ele estava ensinado. Ao corrigirem as atividades havia um momento de socialização, era notório o entrosamento entre o professor e a turma, e ele se mantinha assim seguindo a mesma metodologia em todas as turmas em que aplicava suas aulas.

O professor conseguia em suas aulas trazer a gramática de forma dinâmica, levando o aluno a compreender os conceitos, mas sem sobrecarregá-los. É direito de todo aluno aprender a gramática, mas sabe-se que é impossível decorar todas as regras regidas por ela, no entanto o próprio professor precisa encontrar meios para que ela seja aplicada sem causar prejuízos em sua língua materna, como diz Possenti:

O mais importante é que o aluno possa vir a dominar efetivamente o maior número possível de regras, isto é, que se torne capaz de expressa-se nas mais diversas circunstâncias. Nesse sentido, o papel da escola não é o de ensinar uma variedade no lugar da outra, mas de criar condições para que os alunos aprendam também as variedades que não conhecem, ou com as quais não tem familiaridade, aí incluída, claro, a que é peculiar de uma cultura mais “elaborada”. (POSSENTI, 2008, p. 83)

De acordo com o autor, o professor se encontra na obrigação de ensinar a gramática para que o aluno tenha conhecimento geral das regras e noções lógicas, de modo que onde este aluno estiver saiba comunicar-se de forma clara e precisa. Mas quando se fala em gramática em sala de aula tem-se uma ideia de uma aula cansativa, e é por essa visão equivocada que muitos alunos não adquirem o conhecimento transmitido naquele momento. Por outro lado, temos professores que também não apresentam disposição para contribuir com a educação, não usam recursos que tornem suas aulas mais interessantes, produtivas, continuam sempre na mesmice e tornam o ensino mecânico, no qual tudo acaba em “decoreba”.

De fato, ensinar gramática não é uma tarefa muito fácil, o docente precisa pesquisar novos meios, textos literários que tragam algo além de exemplos soltos ou palavras fora de um contexto que não fazem sentido para o aluno. Claramente isso não acontece na prática, na maioria das escolas os alunos quase sempre desprezam as aulas de português por não conseguirem adquirir o mínimo de compreensão daquilo está sendo ministrado, logo vem o desânimo, muitos acabam abandonando os estudos, portanto, é aqui que entra o papel de um bom profissional da educação e seu dever de integrar esse aluno em suas aulas. Levar o aluno a perceber que por mais difícil que achem que a gramática seja, ela nos auxiliará durante toda nossa vida, em qualquer situação, seja em uma entrevista de emprego, discurso em público, ou em uma simples conversa. Por isso é importante “integrar o trabalho com a língua em sala de aula, através da leitura ou da produção de textos que levem o aluno a assumir crítica e criativamente a sua função de sujeito do discurso, seja enquanto ouvinte ou leitor-intérprete.” (LEITE, 2006 p.19)

Mantendo essa linha de pensamento, Geraldi discute como esse trabalho em sala pode ser executado. A leitura acompanhada de produções textuais é uma ótima ferramenta para que a língua seja ensinada de forma coerente, pois, o aluno aprenderá regras, concordâncias, pontuação e até se posicionar criticamente, entre outras coisas. O aluno sente a necessidade de saber o porquê de estar aprendendo “regras”, e ensinar como usá-las parte do educador. Por esse motivo, Possenti (2008, p. 86) diz que:

Costuma-se pensar o ensino da língua como o ensino da gramática, e o ensino de gramática como ensino de regras. Pode até ser interessante manter essa fórmula, dando-lhe, porém, um conteúdo novo. Ensinar gramática é ensinar a língua em toda sua variedade de usos, e ensinar o domínio do uso.

O profissional da educação que se informa e tem uma base de como ensinar a gramática está um passo à frente de muitos outros. É preciso que haja um comprometimento do educador com a sua disciplina e os seus educandos. E é através da pesquisa que se consegue um ensino adequado da língua, pois o professor pesquisador está sempre em busca das melhores maneiras de transmissão dos conteúdos.

Ainda durante as observações foi possível perceber, também, que a utilização do livro didático pelo professor era constante, seguindo sempre o mesmo material para o ensino de gramática, o que fazia com que os alunos deixassem de aprender de forma contextualizada, o que acontecia ali era apenas o processo de armazenamento das regras gramaticais a serem utilizadas na avaliação. Logo, foi concluído que é assim que a aprendizagem mecânica funciona, gravando a informação somente para um determinado momento, mais precisamente

para as avaliações, e depois de usada ela acaba sendo descartada. Dessa forma, o aluno acaba perdendo todo o seu senso crítico e capacidade para desenvolver suas competências linguísticas. Diante dos Parâmetros Curriculares, o professor deveria:

[...] buscar desenvolver no aluno seu potencial crítico, sua percepção das múltiplas possibilidades de expressão lingüística, sua capacitação como leitor efetivo dos mais diversos textos representativos de nossa cultura. Para além da memorização mecânica de regras gramaticais ou das características de determinado movimento literário, o aluno deve ter meios para ampliar e articular conhecimentos e competências que possam ser mobilizadas nas inúmeras situações de uso da língua com que se depara, na família, entre amigos, na escola, no mundo do trabalho. (BRASIL, PCN+, 2002, p.52)

Esse ensino requer que o professor busque outros meios que vá além do livro didático, métodos que possibilitem uma aprendizagem completa, fixa, que poderá ser lembrada durante toda carreira escolar desse aluno. O objetivo é trazer a língua para um campo mais realístico, no qual os alunos consigam perceber os motivos pelo qual ela é estudada.

Para isso, compreende-se a necessidade de um profissional que se empenhe para trazer novos instrumentos pedagógicos para a sala de aula, outros tipos de leituras capazes de despertar o interesse dos estudantes, algo que se aplique a realidade deles, dinâmicas de socialização. Também, utilizar a biblioteca da própria escola se houver ou indicar ao aluno bibliotecas públicas e muitas outras atividades que saiam da rotina monótona que está baseada em sempre utilizar o livro didático (para conceituações e a realização de exercícios), por exemplo, nas aulas, mais especificamente as aulas de gramática. “Não se aprende por exercícios, mas por práticas significativas. Essa afirmação fica quase óbvia quando pensamos em como uma criança aprendendo a falar com os adultos que convive e com seus colegas de brinquedos e interação em geral.” (POSSENTI, 2006, p.36)

A convivência com o ensino de português, dirigido por alguém que busca novas formas de ensinar faz com que as aulas sejam bem mais produtivas, o raciocínio acelera e surge novos questionamentos e curiosidades nos alunos, diferentemente de uma aula onde tudo já está pronto, porém não se trata de culpar os professores, pois, na maioria das vezes a própria escola não dá o suporte preciso para que as aulas se tonem mais dinâmicas e surge uma série de problemáticas dificultam o ensino de língua portuguesa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em suma, é possível perceber que existem muitos fatores que tornam o ensino da língua portuguesa ineficiente durante todo o ensino regular. Entretanto, vale ressaltar a importância de um profissional responsável e habilitado para a transformação dessa realidade. Mas existem outros fatores, muito além dos limites da autoridade do professor que acabam por interferir nesse progresso da educação, porém é com pequenos passos que se constroem uma grande caminhada. Isso pode ser observado durante todo o processo de constituição da educação no Brasil, o qual enfrentou muitos desafios para ser o que é hoje, apesar de não ser o melhor, por conta dos grandes tropeços sofridos, já é algo muito diferente daquilo de séculos atrás. Mesmo assim, esse ainda não é o modelo ideal de educação, e por esse motivo deve passar por uma série de reformulações. Por esse motivo, profissionais comprometidos com a educação são solicitados. É necessário que hajam professores preocupados com suas práticas, com o ensino, sujeitos críticos sobre a busca de inovações que possam contribuir com o crescimento educacional.

Um dos relatos mais enfáticos dos alunos egressos da graduação, limitando aqui aos cursos de licenciatura, é que ao se depararem com a realidade da sala de aula, ficam muito decepcionados com o que presenciam. E ainda, sentem total despreparo para assumir as suas turmas. Isso acontece, muitas vezes, por falta de aulas práticas que oferecem um maior contato dos licenciandos com alunos do ensino regular. Esse contato é muito importante, pois assim os graduandos podem presenciar na prática os desafios que os professores enfrentam nas escolas, dessa forma podem ir construindo seus métodos, sua identidade como docente para que tenham ao menos uma noção do que terão que abordar quando se tornarem professores.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Milton José de. **Ensinar Português**. In: GERALDI, J. V. (org.). **O Texto Na Sala de Aula**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 10-16.

ANTUNES, Irandé. **Aula de Português: encontro & interação**. 8ª ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2003

BRASIL. **PCN+ Ensino Médio: Orientações educacionais complementares aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Vol. Linguagens, códigos e suas tecnologias. Brasília: MEC/Semtec, 2002.

_____. Ministério da Educação e Desporto, Secretaria da Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, códigos e suas tecnologias.** Brasília: MEC, v.1, 2006.

_____. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC).** Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2018.

BRITTO, L. P. L. **Em terra de surdos-mudos** (um estudo sobre as condições de produção de textos escolares). In: GERALDI, J. V. (org.). **O Texto Na Sala de Aula.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006. p.117-126.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GONÇALVES, Elisa Pereira. **Iniciação à pesquisa científica.** Campinas, SP: Editora Alínea, 2001.

LEITE, Lígia Chiappini de Moraes. **Gramática e literatura: desencontros e esperanças.** In: GERALDI, J. V. (org.). **O Texto Na Sala de Aula.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 17-25.

POSSENTI, Sírio. **Por que (não) ensinar gramática na escola.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 1996. (Coleção Leituras no Brasil)

POSSENTI, Sírio. **Sobre o ensino de português na escola.** In: GERALDI, J. V. (org.). **O Texto Na Sala de Aula.** 4ª ed. São Paulo: Ática, 2006. p. 32-38